



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 9588

**Presidente da Mesa Diretora:** Cláudio Ribeiro Prates

**Espécie:** Projeto de Lei

**Categoria:** Não votados e/ou não tramitados

**Autoria:** Soter Magno Carmo

**Data:** 16/10/2018

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 93/2018. (NÃO VOTADO). Denomina a "Rua Gregório Soares Caldeira", conhecida popularmente como rua São Vicente de Paulo, localizada no bairro São José.

**Controle Interno – Caixa:** 26.9

**Posição:** 37

**Número de folhas:** 07

---

Especie: PL  
Categoria: não votado  
Ordem: 39  
Nº fls: 07



# Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº <sup>93/</sup>32/2018

AUTOR:

Ver. Sóter Magno Carmo

ASSUNTO:

Denomina Rua Gregório Soares Caldeira no Bairro São José.

## MOVIMENTO

Entrada em 16/10/2018

- 1 - Comissão de Legislação e Justiça e Vias e Logradouros Públicos.
- 2 -
- 3 -
- 4 -
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Gabinete do Vereador Soter Magno Carmo

PROJETO DE LEI Nº 93 /2018

## Denomina Via Pública

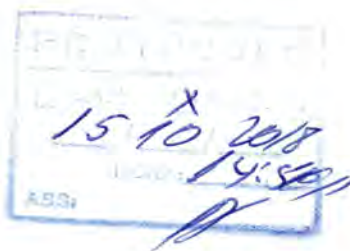
A Câmara Municipal de Montes Claros – MG aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** – A Rua sem denominação oficial, conhecida popularmente como Rua São vicente de Paulo, no Bairro São José, passa a denominar-se oficialmente de **Rua Gregório Soares Caldeira**.

**Art. 2º** – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Montes Claros, 15 de Outubro de 2018

Soter Magno Carmo  
Vereador 2017/2020



Dá pra fazer diferente!

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

82

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
E JUSTIÇA  
EM 16 DE OUTUBRO DE 2018  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A COMISSÃO DE VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS  
EM 16 DE OUTUBRO DE 2018  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Gabinete do Vereador Soter Magno Carmo


## TERMO DE RESPONSABILIDADE

- Via ou logradouro público com moradores -

Declaro, nos termos do art. 159, Parágrafo 4º do Regimento Interno da Câmara Municipal de Montes Claros, alterado pela Resolução nº 55 de 17 de agosto de 2006, que assumo a responsabilidade pelas informações referentes ao Projeto de Lei que denomina a rua Gregório Soares Caldeira, localizada no bairro São José, no Município de Montes Claros.

Declaro ainda, que as informações são autênticas e atendem os requisitos exigidos.

Montes Claros, 15 de Outubro de 2018

  
**Soter Magno Carmo**  
**Vereador 2017/2020**



*Dá pra fazer diferente!*





PREFEITURA DE MONTES CLAROS  
Secretaria de Finanças  
Gerência de Cadastro Imobiliário

Montes Claros (MG), 04 de outubro de 2018.

Excelentíssimo Sr.

**SOTER MAGNO CARMO**

Vereador – Câmara Municipal de Montes Claros

Ofício: 29/2018/GCTI

Assunto: Responde consulta, Ofícios GAB nº 100, 101, 099 e 098/2018


Prezado Senhor,

Com nossos cordiais cumprimentos, vimos por meio deste informar a Vossa Senhoria que **NÃO EXISTE denominação oficial para as ruas São Vicente de Paulo no bairro São José e Rua Quinze no Jardim Olímpico.**

Salientamos também que **não há** logradouros públicos cadastrados no sistema com as denominações Gregório Soares Caldeira e Sargento Adão Geraldo Farias.

Sem mais para o momento, colocamo-nos à inteira disposição para eventuais esclarecimentos.

Respeitosamente,

  
**Marcos Paulo Peixoto de Oliveira**  
Gerente de Cadastro Imobiliário





# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ASSESSORIA LEGISLATIVA

### **PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 93/2018 QUE “Denomina Rua Gregório Soares Caldeira no Bairro São José”, de autoria do Vereador Soter Magno Carmo.**


Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

Não se reconhece nenhum vício de iniciativa no projeto, bem como à sua legalidade, sendo que a documentação prevista no artigo 159 e parágrafos, atinentes ao caso, do Regimento Interno foi juntada.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto de lei é legal, constitucional e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 19 de outubro de 2018.

  
Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo  
OAB/MG 78605